



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

O Papel do Serviço Social e FNTSUAS frente à ofensiva conservadora.

Camila Faria Pançardes¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o papel do Serviço Social e o protagonismo da FNTSUAS frente às ameaças ao controle social em contexto de hegemonia da extrema direita e a destruição dos direitos sociais. Utilizamos o materialismo histórico numa pesquisa qualitativa, através da pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Com o avanço da ofensiva conservadora, no Brasil, perpetrado pela extrema direita emerge como frente de resistência no SUAS, a FNTSUAS e a mediação feita pelo serviço social, profissão que tem no projeto ético político profissional a garantia dos direitos sociais e a erradicação da dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

Palavras-chave: direitos sociais; FNTSUAS; ofensiva conservadora; projeto ético político; serviço social.

The role of Social Work and FNTSUAS in the face of the conservative offensive

Abstract: This work aims to analyze the role of Social Work and the leading role of FNTSUAS in the face of threats to social control in a context of far-right hegemony and the destruction of social rights. We used historical materialism in qualitative research, through bibliographic research and field research. With the advance of the conservative offensive in Brazil, perpetrated by the far right, FNTSUAS emerges as a front of resistance within SUAS, and the mediation carried out by social work, a profession whose ethical-political project guarantees social rights and the eradication of domination and/or exploitation based on class, ethnicity, and gender.

Keywords: social rights; FNTSUAS; conservative offensive; ethical-political project; social work.

Introdução

O presente artigo é resultado do avanço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético político da trajetória de pesquisa e extensão do MapeaSUAS – ESS/UFRJ (Projeto de pesquisa e extensão Mapeamento dos processos de resistência nas instâncias de participação e controle social no SUAS) com a proposição de compreender os desafios e limites do controle social e participação popular no Sistema único de Assistência (SUAS) no Rio de Janeiro frente ao avanço da ofensiva conservadora entre os anos de 2018 e 2024.

Sob esse prisma, nosso objetivo nesse trabalho é analisar o papel do Serviço Social e o protagonismo da FNTSUAS (Frente Nacional de trabalhadoras e trabalhadores do SUAS) frente às ameaças ao controle social em contexto de hegemonia da extrema

¹ Doutora em política social pelo PPGPS UFF Niterói. Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos do Serviço Social da ESS UFRJ. Email: camifariavr@gmail.com

direita e a destruição dos direitos sociais ocorrido nos últimos anos com o governo Jair Messias Bolsonaro.

Nossa pesquisa parte de uma perspectiva crítica da formação sócio-histórica brasileira que tem como elementos estruturantes a luta de classes, a desigualdades de gênero, raça e etnia numa unidade dialética que forma a sociedade brasileira.

O avanço da ofensiva conservadora sobre as políticas sociais constitui um elemento importante para análise do progressivo desmonte dos direitos sociais do conjunto da classe trabalhadora.

Historicamente, a política social é uma das respostas do Estado moderno às pressões da classe trabalhadora em face das contradições inerentes ao capitalismo. A cobertura de direitos sociais via instituições públicas e privadas é a maneira como a política social é constituída no dia a dia dos trabalhadores, e como contradição, ela aparece oculta, na reprodução da classe trabalhadora (e do próprio capital). No governo Bolsonaro, essas contradições ficaram mais latentes diante de seu caráter restrito e cada vez mais desfinanciada se mostrando como parte do projeto neoliberal de avanço da ofensiva conservadora e o bolsonarismo.

Como resposta aos ataques à classe trabalhadora e a política social, neste contexto, emerge como frente de resistência, no SUAS, o protagonismo da FNTSUAS consolidando-se como um espaço de articulação política e resistência democrática. Ela não é apenas uma entidade de classe, mas um movimento que reúne trabalhadores de diversas categorias que operam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O papel do Serviço Social na defesa dos direitos sociais e fortalecimento das lutas sociais corrobora com nosso projeto profissional ético político e estimula a centralidade da classe trabalhadora nos temas em voga na sociedade contemporânea. A discussão sobre a FNTSUAS e a sua resistência frente à ofensiva conservadora é um dos temas mais críticos para o Serviço Social e as políticas públicas no Brasil atual. Essa tensão reflete o embate entre o projeto ético-político profissional e as forças que buscam o desmonte da seguridade social.

O referencial utilizado é o materialismo histórico e como parte da metodologia utilizamos a pesquisa qualitativa, através da pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental através dos documentos públicos disponibilizados pela FNTSUAS.

Essa reflexão toca no cerne da resistência política dentro do Serviço Social e das políticas públicas. Essas instâncias — sejam elas a FNTSUAS, os fóruns estaduais, ou as entidades de categoria como o conjunto CFESS-CRESS — não são apenas espaços burocráticos, mas trincheiras organizadas contra um projeto de sociedade que prioriza a acumulação em detrimento da vida. Eles enfrentam o desmonte da Seguridade Social, o aumento da superexploração e busca defender as condições de trabalho diante de crises.

A articulação e o fomento da participação de assistentes sociais na FNTSUAS visam a garantia de acesso, mobilização e controle social.

Desenvolvimento

Serviço Social e os desafios contemporâneos ao projeto ético político do Serviço Social

Tempos de dizer
Que não são tempos de calar
Diante da injustiça e da mentira.
É tempo de lutar
Mauro Iasi

A defesa do trabalho e da formação profissional de qualidade, socialmente referenciados devem ser consideradas pautas centrais no Serviço Social contemporâneo, haja vista, o avanço da ofensiva conservadora sobre os processos de trabalho e à educação superior brasileira.

A legitimação dessas pautas requer de nós, num primeiro momento, a apreensão do significado social e histórico da profissão na totalidade do capitalismo, no seu estágio monopolista. Assumimos aqui que dada a riqueza de elementos que envolvem a profissão da reprodução das relações sociais não pretendemos que o assunto se esgote. Temos que fazê-lo de forma permanente nos espaços sócio-ocupacionais, na Universidade através da tríade ensino – pesquisa – extensão, nos movimentos sociais e nas instâncias representativas da profissão para defesa constante do projeto ético político (pep) do Serviço Social.

A acepção da profissão se relaciona com as particularidades assumidas na sua emergência, na década de 1930, como um dos mecanismos forjados pela burguesia nacional para ressaltar seus interesses de classe através de requisição ao Estado brasileiro. Sob a influência da doutrina social e do postulado católico, a intervenção profissional era direcionada pelas encíclicas papais “*Rerum Novarum*” de 1891 e a

“Quadragesimo Anno” de 1941.

Como especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão sociotécnica, racial, e sexual do trabalho, o Serviço Social tem como sua base de fundação o trato da questão social ao formular respostas profissionais que coadunassem com os interesses da burguesia. Segundo Iamamoto e Carvalho (1983, p. 55) a “intervenção do agente profissional nas relações sociais” se gesta nas expressões da questão social.

“A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO E CARVALHO, 1983, p. 77).

O amadurecimento da classe trabalhadora e sua condição de exploração pelo capital fez com que o Estado brasileiro passasse a reconhecer a questão social no cerne da reprodução das relações sociais, como problema de administração, então desenvolvendo políticas públicas para desmobilizar a classe operária e mediar os conflitos de classes. Foi no governo do Presidente Getúlio Vargas que se instaurou, por exemplo, a Consolidação das Leis Trabalhistas, medida adotada para controle dos trabalhadores.

A intervenção permanente do Estado e as pautas de reconhecimento da classe trabalhadora e o atendimento de suas necessidades sociais como moradia, educação, saúde etc. é o terreno que traz para a profissão um crescente mercado de trabalho e expande o leque de competências para além dos espaços sócio-ocupacionais tradicionais até então como os trabalhos de ação social e caridade. Para Yazbek (2009, p.10):

a profissão amplia sua área de ação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do Estado e, a partir desse momento, tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de Políticas Sociais.

A institucionalização da profissão, no bojo do Estado brasileiro, e sua natureza eminentemente interventiva foram importantes para a criação de dos mecanismos de coerção e consenso utilizados pelo Estado para a manutenção do controle sobre a classe trabalhadora. A produção do capital e a reprodução das relações sociais tem como parte de seus pressupostos a exploração do trabalho, a produção compulsória da questão social e a manutenção da ordem e força de trabalho.

Com efeito, a centralidade do trabalho na sociabilidade capitalista se mobiliza através de sua exploração com objetivo de ampliar a mais-valia e assegurar o lucro. Por trabalho entendemos como a interação do homem na natureza, sendo a objetivação mais elementar e geradora de sentido ao homem na construção do ser social. Segundo Marx (1867/1962, p. 193), o processo de trabalho (*der Arbeitsprozeß*), para Marx, é atividade orientada a um fim um processo de pôr teleológico (*teleologische Setzung*). O resultado é antecipadamente idealizado e isso caracteriza o trabalho humano. O ser social se funda nesse por teleológico e sua ontologia se distingue dos seres inorgânicos, mas, na cotidiana interação entre ambas. A indissociabilidade entre trabalho e questão social nos remete sobre como o trabalho e a interação com a natureza é acessada na sociabilidade vigente. É através do trabalho explorado e numa constante desumanização resultado da produção cada vez mais coletiva e a apropriação cada vez mais privada.

É no movimento dialético dessa realidade que o Serviço Social passa a questionar sua base tradicional em contexto de amadurecimento e profunda contestação da classe trabalhadora na luta por valores éticos emancipatórios e democráticos. Chegamos então ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano² e processo de renovação do Serviço Social brasileiro, a partir do final da década de 1950. É no bojo desse profícuo processo que nasce a interlocução com o marxismo oriundo de um processo de ruptura com as bases tradicionais da profissão mediatizado pelo acúmulo teórico metodológico do método em Marx, o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão, a interlocução permanente com a sociedade e a lutas populares.

Como expressão do amadurecimento teórico metodológico, técnico operativo e ético político, verificamos a formação de uma direção político profissional atenta aos desafios cotidianos da classe trabalhadora e na sua defesa. O projeto ético político (pep) do Serviço Social se materializa através do Código de ética profissional de 1993; a Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662) de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996.

² Sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano e processo de renovação do Serviço Social brasileiro ver PAULO NETTO, José. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2006. 334 p.

O compromisso estabelecido pelo pep foi em contexto de contrarreformas neoliberais a partir da década de 1990 sob a premissa de ajuste fiscal, defesa do Estado mínimo para o social e o desmonte dos direitos sociais assegurados na Constituição Federal de 1988.

Os esforços coletivos de decifrar as expressões da questão social e compreender as mediações e contradições, no atual estágio da sociabilidade capitalista ultra neoliberal, requer respostas profissionais propositivas à atual hegemonia das pautas conservadoras no âmbito da categoria, do exercício profissional, das políticas sociais e da sociedade contemporânea.

O avanço da ofensiva conservadora no cenário contemporâneo brasileiro nos obriga compreender as particularidades assumidas por ela. Permeado pelo irracionalismo de caráter fascista como expressão particular dos pressupostos do pensamento conservador que emergiu nos EUA, nos anos de 1960, somado ao questionamento do universalismo; às matrizes explicativas e grandes narrativas construídas sobre conceitos como a totalidade, a práxis e a dialética.

Em várias partes do mundo, este projeto é assumido pela extrema direita, e no Brasil, ganha força com o governo Jair Bolsonaro compreendido entre os anos de 2018 e 2022, tendo como perspectiva a fome, militarização da vida, voluntarismo, desmonte de políticas sociais e espetacularização da pobreza, do racismo e do sexismo, o fundamentalismo religioso, além do genocídio praticado com milhares de mortes na pandemia de COVID19.

Segundo Costa (2024) Jair Bolsonaro ascendeu como “mito” entre as Jornadas de Junho de 2013 e a Operação Lava Jato (2014-2021), mas o bolsonarismo se tornou maior que o presidente eleito em 2018.

O bolsonarismo pode ser caracterizado como um movimento político e ideológico que, a partir da segunda década dos anos 2000, condensou um conjunto de posições extremistas no Brasil. Ainda que contenha elementos específicos da formação social brasileira, o bolsonarismo emergiu no atual contexto de internacionalização do fascismo.

A autora aponta que pesquisas da Fiocruz mostram que entre 2020 e 2021, no Brasil, as pessoas negras foram as que mais morreram de covid-19 e as que menos receberam vacinas; povos originários também sofreram desproporcionalmente os efeitos da crise sanitária.

O Serviço Social e seu projeto profissional hegemônico assumem o racismo estrutural e o patriarcado e as consequentes desigualdades de raça/etnia e gênero como expressões da questão social e pauta coletiva da categoria.

A apreensão do real e suas determinações requer compreender raça/etnia e gênero como parte da formação social brasileira e eixos estruturantes das particularidades do capitalismo e o acirramento da luta de classes frente ao projeto de destruição empreendido pela extrema direita e o bolsonarismo. Esse esforço vai na direção de garantir uma práxis verdadeiramente libertadora, longe de equívocos analíticos sobre a realidade social brasileira e o enfrentamento da questão social.

A FNTSUAS e a luta dos (as) trabalhadores (as) do Sistema único de Assistência Social

A emergência da Frente Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS (FNTSUAS) não foi um evento isolado, mas um processo de amadurecimento político que respondeu à necessidade de uma voz unificada para quem "faz" a assistência social no Brasil.

Historicamente, o movimento de organização dos trabalhadores do SUAS pode ser compreendido através de marcos fundamentais: o contexto de Geração (Pós-2004) com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a implementação do SUAS em 2005, houve uma expansão massiva da rede de serviços (CRAS, CREAS). Isso gerou um novo contingente de milhares de trabalhadores em todo o país. No início, as discussões eram muito centradas nas categorias profissionais isoladas (serviço social, psicologia). Entretanto, percebeu-se que, além de assistentes sociais ou psicólogos, todos eram trabalhadores do SUAS, enfrentando problemas comuns como baixos salários e precarização; A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) em 2006 foi o grande catalisador. Ela definiu quem são os trabalhadores do SUAS e estabeleceu diretrizes para a profissionalização do setor.

O debate sobre a NOB-RH fomentou a criação de Fóruns Estaduais e Municipais de trabalhadores. A partir desses fóruns locais, a articulação nacional tornou-se uma urgência para disputar os rumos da política no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);

As mobilizações de trabalhadores no processo de reivindicação de seus direitos e das garantias relacionadas ao trabalho ocorrem em diferentes frentes: nas organizações sindicais, na organização de grupos profissionais, ou a partir de novas estratégias que vão sendo gestadas em meio à disputa histórica da luta de classe. Além da vinculação em diferentes entidades sindicais, conselhos profissionais, associações e grupos profissionais os trabalhadores do SUAS vêm construindo seu próprio espaço de luta mediante a instituição dos fóruns permanentes. (BERWING, PRATES. 2020, p. 7)

A FNTSUAS emerge oficialmente como uma articulação nacional para aglutinar esses fóruns e entidades. Sua fundação consolidou um espaço de representação que não é um sindicato, mas uma frente política capaz de: Incidir no CNAS garantindo que a visão de quem está na ponta do serviço seja ouvida, unificar a Pauta Lutando pela desprecarização do trabalho de forma coletiva e especialmente a partir de 2016, a Frente tornou-se o principal escudo contra os cortes orçamentários e as tentativas de "caritativização" da assistência.

A articulação entre o serviço social e a FNTSUAS frente à ofensiva conservadora

A articulação entre o Serviço Social, a FNTSUAS e o enfrentamento à ofensiva conservadora requerem a dimensão ético política da profissão e a organização da força coletiva dentro da FNTSUAS para barrar o retrocesso dos direitos diante da escalada da ofensiva conservadora.

O Serviço Social não é apenas uma profissão operativa no SUAS. Na perspectiva hegemônica da profissão, a dimensão de intelectual orgânico da classe trabalhadora contribui para a resistência diante dos retrocessos à política de assistência social na defesa da universalidade contra a lógica conservadora de "focalização extrema" (atender apenas os miseráveis), o Serviço Social defende o direito universal e na recusa ao Moralismo: O profissional atua para desconstruir a visão de que a pobreza é fruto de "falhas morais" ou "desestruturação familiar", reafirmando-a como expressão da questão social.

No entanto, a pobreza e a desigualdade social tendem a ser naturalizadas por um conjunto de práticas sociais – orientadas pela ideologia dominante – levadas a cabo para ocultar sua determinação histórica e material e justificá-la dessa forma. Em termos mais precisos, a classe burguesa, através de seus agentes, apropria-se de todos os meios possíveis para reiterar tal naturalização e ocultar origens e fundamentos.

A implantação do receituário neoliberal no Brasil, amplamente estruturada pela Reforma do Estado comandada por Bresser Pereira, tem, segundo Boito Jr. (1999), três grandes eixos: a) a implementação de uma política de desregulação do mercado de trabalho; b) uma política de privatização; e c) abertura comercial e a desregulamentação financeira. Esse processo da condução da gestão do Estado sob a perspectiva neoliberal, segundo o autor, causou danos significativos aos trabalhadores brasileiros.

A atual escalada da ofensiva conservadora, operando sob a égide de um neoliberalismo violento e destrutivo, representa uma ameaça direta aos direitos humanos, sociais e trabalhistas, tornando os processos e frentes de resistência fundamentais para a manutenção da democracia e da justiça social. Essa ofensiva não é apenas econômica, mas também cultural e moral, frequentemente adotando um autoritarismo moderno que utiliza as estruturas de poder para desqualificar direitos coletivos e intensificar a exploração.

Assim, a articulação dos/as vários/as trabalhadores/as, expressa nos diversos momentos de atuação política no âmbito do FNTSUAS, faz-se fundamental, sobretudo, na resistência em tempos de aprofundamento das desigualdades sociais e na defesa da Política de Assistência Social como política pública de direitos.

O FNTSUAS agrega um coletivo diverso e plural de trabalhadoras/es, como legítimo meio de articulação e mobilização de entidades em defesa do SUAS, e deve se constituir como um importante instrumento da luta política dos/as trabalhadores, para empreender o controle social no âmbito do SUAS, para melhores condições de trabalho para os/as diferentes profissionais que atuam na Política de Assistência Social e, principalmente, para consolidar as diretrizes e princípios democráticos que orientam a organização da assistência social no Brasil.

Considerações Finais

A análise empreendida ao longo deste trabalho permite concluir que o cenário brasileiro entre 2018 e 2024 não representou apenas uma crise cíclica do capital, mas uma ofensiva deliberada e ultraneoliberal contra a classe trabalhadora, agudizada pela ascensão do bolsonarismo. Nesse contexto, a trajetória do MapeaSUAS – ESS/UFRJ revela que o controle social e a participação popular no Rio de Janeiro transmutaram-se de espaços de pactuação em verdadeiras trincheiras de resistência democrática.

O papel do Serviço Social, ancorado em seu Projeto Ético-Político, mostrou-se vital para desvelar as requisições conservadoras que tentaram reconduzir a profissão ao patamar da caridade e do controle moralizador. Ao reafirmar a questão social como fundamento da profissão e o trabalho como ontologia do ser social, o assistente social posiciona-se como um intelectual orgânico capaz de politizar as demandas cotidianas, impedindo a naturalização da miséria e do racismo estrutural que a extrema direita tentou institucionalizar.

Paralelamente, a FNTSUAS emergiu como o sujeito coletivo capaz de dar materialidade política a essa resistência. Ao romper com o corporativismo e unificar as diversas categorias sob a identidade comum de "trabalhador do SUAS", a Frente logrou êxito em incidir no controle social e denunciar o desmonte orçamentário. A articulação entre a fundamentação crítica do Serviço Social e a capacidade de mobilização da FNTSUAS foi o que garantiu a sobrevivência do SUAS estatal frente ao projeto de destruição dos direitos sociais.

De acordo com Antunes (2019), assistimos, no atual quadro da conformação do mundo do trabalho, à diversidade presente no conjunto da classe trabalhadora e, ao estudarmos sobre os/as trabalhadores/as do SUAS, ressaltamos a forte presença da questão de gênero, pois o Censo SUAS 2023 aponta que, do universo de 55.128 trabalhadores/as, 70,5% são do sexo feminino. Outro debate a ser aprofundado no âmbito do SUAS, quanto à sua força de trabalho, é a questão étnico-racial e as particularidades oriundas de tais relações.

O FNTSUAS tem se afirmado como entidade cara à luta pela Assistência Social como política pública por onde perpassam os temas do controle social, financiamento, carreiras do funcionalismo público e condições de trabalho, através da capilarização desses pontos por meio dos fóruns estaduais e municipais, acrescendo as particularidades de cada território.

Por fim, as evidências apontam que a luta pela Seguridade Social é indissociável da luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista. Superar a ofensiva conservadora exige, portanto, a manutenção da vigilância crítica e o fortalecimento permanente dos fóruns e instâncias de controle. A experiência fluminense demonstra que, embora o capital avance na precarização, a organização coletiva e a práxis comprometida com a emancipação humana permanecem como os únicos instrumentos capazes de assegurar

que a Assistência Social continue sendo um direito de quem dela necessita e um dever do Estado brasileiro.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Proletariado digital, serviços e valor**. ANTUNES, R (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 15–23.

BERWING, Solange Emilene; PRATES, Rander Benedito. **Desafios e possibilidades para a organização dos/as trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social**. In: Anais do 8º Encontro Internacional de Política Social e 15º Encontro Nacional de Política Social. Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020.

COSTA, G. **A política social do capitão: bolsonarismo, neomalthusianismo, eugenia e militarização no Brasil**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, v. 147, p. 1-21, 07 out. 2024.

IAMAMOTO, M. V & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 1983.

IASI, Mauro Luis. **Meta Amor Fases: Coletânea de Poemas**. Editora Raízes América, São Paulo: 2019.

Marx, K. (1962). **Das Kapital I**. In K. Marx & F. Engels, *Werke, Band 23* (pp. 11-792). Berlin: Dietz Verlag Berlin. (Original publicado em 1867).

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2009.